

A Integração Regional: Criar e Distribuir Riquezas



Fomento do Vale do São Francisco – Hidrovia do São Francisco

A região do São Francisco é um dos mais dinâmicos pólos econômicos da Bahia. Caracteriza-se, sobretudo, por sua moderna agroindústria, com destaque para os segmentos de fruticultura irrigada e de produção de grãos. Por essa razão, o Governo do Estado vem intensificando as ações de promoção do desenvolvimento sustentável dessa vasta área de seu território, compreendida na bacia hidrográfica do rio São Francisco, através da interação do fomento às atividades produtivas, com o princípio do uso múltiplo das águas. Contudo, a falta de uma adequada logística de transportes pode comprometer a continuidade desse processo de crescimento.

Dentre as mais recentes intervenções governamentais com esse objetivo destacam-se a construção do novo Porto Fluvial de Juazeiro (1997) e a elaboração do Plano Piloto de Revitalização do Rio São Francisco – trecho Ibotirama-Juazeiro.

O referido Plano Piloto visa a promoção de ações de revitalização ambiental, conjuntamente com a implantação de um corredor intermodal de transportes, na busca da melhor logística para a interligação do Oeste do Estado com o Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos. O foco no trecho de 604 km, entre Ibotirama e Juazeiro/Petrolina, deve-se ao fato de ser este o único em que ainda se pratica a navegação fluvial em escala comercial.

Dois tipos distintos de fluxos justificam a implantação do Corredor Intermodal de Transportes do São Francisco: o primeiro é o transporte de grãos para o mercado nordestino e o segundo corresponde à parte voltada para exportação, que depende, ainda, da implantação de um terminal marítimo em Aratu.

A implementação desse plano dá início a um processo de diversificação da matriz logística estadual, hoje dependente quase que exclusivamente do modal rodoviário. Para tanto é necessário promover, no médio prazo, a modernização da hidrovia, adequando-a aos padrões atuais de eficiência operacional, isto é, dotando-a de um canal de navegação que permita a passagem de comboios com até 10 mil toneladas de carga e calado de 2,5 metros, pois os conceitos hidroviários praticados no rio São Francisco tornaram-se completamente obsoletos.

O resultado econômico das hidrovias cresce com a sua integração a uma cadeia intermodal de transportes, na qual se torna um agente gerador de cargas e fomentador de novos negócios, tornando-se um catalisador do desenvolvimento regional. A hidrovia do rio São Francisco tem a vantagem de já fazer parte de uma cadeia intermodal, integrada pelo modal rodoviário (trecho Luís Eduardo Magalhães ao terminal de transbordo de Muquém do S. Francisco), o próprio modal hidroviário (entre Muquém e o Porto de Juazeiro) e o modal ferroviário (de Juazeiro a Aratu). Outra característica positiva dessa hidrovia é a existência de carga nos dois sentidos, situação que é pouco comum neste tipo de transporte.

Para que esses resultados sejam alcançados, a SEPLAN adotou, em 2003, uma nova estratégia, que visa, em primeiro lugar, a garantir a continuidade da navegação fluvial, que ainda corre o risco de uma total paralisação. Diversas providências já estão em andamento, no sentido de produzir, no curto prazo, uma substancial melhoria das condições operacionais da hidrovia, entre os portos de Muquém do São Francisco (em frente ao município de Ibotirama) e o terminal de Juazeiro.

Trata-se de um conjunto de ações de baixo custo, representadas por pequenas inversões e pela otimização da frota e demais infra-estruturas já existentes, tudo sistematiza-



A melhoria das condições operacionais da hidrovia do São Francisco prevê a utilização de cartas náuticas digitalizadas que vão registrar alterações da rota de navegação

A modernização do sistema de navegação fluvial no Rio São Francisco vai estimular o desenvolvimento econômico em todo o Estado

Ao registrar todas as alterações da rota de navegação, causadas principalmente pela instabilidade dos bancos de areia, as cartas digitalizadas dispensarão o uso da sinalização convencional, que só pode ser visualizada à luz do dia, permitindo que os comboios passem a navegar também à noite. Outra vantagem decorrente da implantação desse sistema é a redução dos custos de dragagem de manutenção.

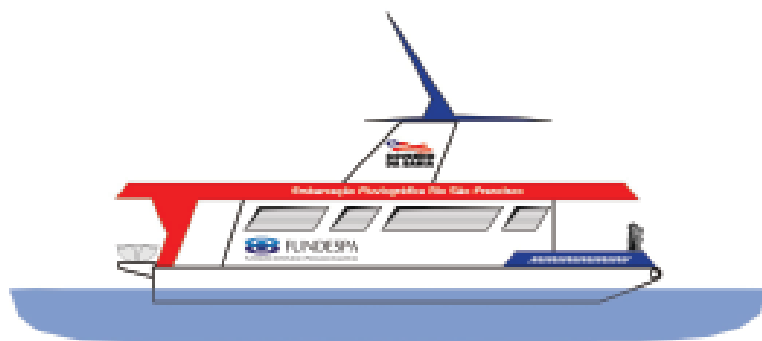
Diante da importância estratégica do Plano de Ação Imediata, a SEPLAN contratou a consultoria especializada da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), de São Paulo, uma instituição científica ligada à USP, para o seu desenvolvimento. O contrato, no valor aproximado de R\$ 749,5 mil, foi celebrado em novembro de 2003, devendo os serviços previstos estarem concluídos no decorrer de 2004, quando, como resultado concreto, será viabilizada a formação de comboios de até 4.600 toneladas de capacidade, apesar do calado continuar limitado em 1,5 metro.

Comboios com capacidade inferior a 4.000 toneladas tornaram-se anti-econômicos, principalmente devido aos custos de transbordo. Essa questão de escala é crítica na determinação da viabilidade econômica da operação. Enquanto os comboios navegam no rio São Francisco com apenas 1.800 toneladas de carga, em média, na Hidrovia Tietê-Paraná já operam comboios de 6.000 toneladas e, na Hidrovia do Madeira, onde as condições naturais são mais favoráveis, alguns comboios fluviais já atingem 30 mil toneladas.

Como parte da execução desse Plano de Ação, a citada embarcação hidrográfica já está sendo construída e equipada pelo Governo do Estado, sob a supervisão da Fundespa,

devendo entrar em operação em abril de 2004, época em que as águas do rio São Francisco começam a baixar.

Ressalte-se, por fim, que o principal e maior investimento em infra-estrutura hidroviária no rio São Francisco já foi realizado: a eclusa de Sobradinho, a mais alta do Brasil, com um desnível de 32,5 metros, em cuja construção foram aplicados, a valores corrigidos, o equivalente a R\$ 220 milhões. A sua capaci-



dade de transposição, 12 milhões de toneladas anuais, encontra-se brutalmente subaproveitada. Este ano, apenas 100 mil toneladas de cargas cruzaram a eclusa.

Planejamento Regional

Os **Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – Pdrs**, têm o desenvolvimento sustentável como compromisso para as gerações atuais e futuras, visando a um desenvolvimento mais eficiente, justo e ambientalmente responsável.

Já foram elaborados e publicados seis Pdrs, relativos a oito Regiões Econômicas: Chapada Diamantina, Sul (Litoral Sul e Extremo Sul), Oeste (Médio São Francisco e Oeste), Nordeste, Sudoeste e Recôncavo Sul. Encontram-se em processo final de elaboração os programas para as Regiões de Irecê e Baixo Médio São Francisco.

Projeto Portal Alvorada

O Projeto Alvorada, iniciado em 2000 pelo Governo Federal, teve como interlocutor estadual a SECOMP. Diversas ações fundamentais do projeto foram realizadas em 2003, atendendo a convênios assinados ainda no exercício anterior.

As capacitações do Projeto Centro Nacional de Formação Comunitária – Cenafoco, tiveram como objetivo criar as condições adequadas à participação comunitária qualificada para a organização, implementação e avaliação das ações sociais demandadas, contribuindo, assim, para a promoção dos direitos humanos e para a melhoria das condições de vida das comunidades mais pobres.

O investimento em qualificação se materializou através da realização de três cursos de *Empreendedor Social*, 57 cursos de *Gestão Social*, três cursos de *Voluntariado*, 11 cursos de *Meio Ambiente* e nove cursos de *Construindo a Paz e Respeitando as Diversidades*, em um total de 83 cursos, beneficiando 2.104 pessoas. Foram ainda realizados 19 seminários *Desenvolvimento de Territórios – Construindo Estratégias*, nos quais estiveram presentes representações de 363 municípios. Ainda no âmbito do Projeto Alvorada foi criado o Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Alvorada – Prodesa, batizado de Caminhar, pelo proponente estadual, com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro às famílias do Peti na formação e fortalecimento de cadeias produtivas de agricultura familiar, com vistas à sua promoção social e econômica. Implementado na Região do Baixo Sul, nos municípios de Maraú, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Cairu, Taperoá, Valença e Tancredo Neves, com recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão do Governo Federal, e contrapartida do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, o Programa já realizou 856 oficinas, através de convênio entre a SETRAS e a SECOMP, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul – Ides.

Com a finalização do Projeto Portal Alvorada, os equipamentos de informática e vídeo, instalados nos Portais do Alvorada, no total de 374 kits, foram transferidos para as prefeituras que aderiram ao projeto.

Faz Cidadão

O Faz Cidadão é uma estratégia integrada de desenvolvimento local que se propõe a enfrentar os desequilíbrios regionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das populações carentes dos 102 municípios considerados mais pobres do Estado, segundo os critérios do Índice Geral de Desenvolvimento Sócio Econômico – IGDS.

Entre as atividades relevantes, destaca-se a realização do curso *Comunidade Empreendedora*, em parceria com o Sebrae, que capacitou 2.850 pessoas, e a implantação, em parceria com o Ministério da Saúde e a SESAB, do Projeto *Interiorizando as Ações de Prevenção em DST/HIV/AIDS* que, por sua vez, capacitou 400 agentes multiplicadores das áreas de saúde, educação, assistência social e coordenadores do Fórum Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS.

Planejamento e Articulação do Desenvolvimento

Sistema Estadual de Planejamento

O processo de planejamento do Governo da Bahia passou por uma redefinição significativa, incorporando novos conceitos e utilizando-se de recursos que resultaram em uma evolução efetiva na tarefa de planejar, inaugurando uma nova etapa nessa importante função governamental. A execução competente desta função promoverá o crescimento do Estado através da alavancagem econômica, trazendo no seu bojo os ganhos sociais traduzidos na melhoria dos indicadores, notadamente naqueles relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Mudanças significativas foram realizadas no processo de elaboração do Plano Plurianual, implicando novas implementações no Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan. Dentre essas mudanças podemos destacar a adoção de uma nova regionalização, utilizada também pelo orçamento; a eliminação da ação, substituída pela meta, que passou a ser a menor unidade de programação, simplificando todo o processo de planejamento, bem como o acompanhamento e a avaliação; a introdução do conceito da transversalidade dos programas governamentais, permitindo uma visão multidimensional de questões que requerem uma abordagem múltipla, rompendo o enclausuramento setorial da organização do Estado; e a realização de audiências públicas com o objetivo de ouvir os anseios da sociedade, incorporando-os aos programas do governo.

Um grande esforço foi centrado na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, Bahia: Desenvolvimento Humano e Competitividade, desenhado segundo a nova metodologia e pautado no Planejamento Estratégico do Estado. Foi elaborado, também, o orçamento 2004, dentro da nova metodologia, sendo este o ponto de partida para execução do PPA.

Elaboração do PPA

Com a reforma administrativa ocorrida em dezembro de 2002, a Secretaria do Planejamento sofreu uma reestruturação de forma a fortalecer a função de planejamento no Estado. Com esse compromisso, foi desenvolvido o Plano Estratégico de longo prazo, “Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz”, delineando as estratégias e linhas de intervenção do Programa Plurianual do governo para o exercício 2004/2007. Assim, esse instrumento de planejamento, encaminhado à assembleia em 29 de agosto, guarda uma grande interface com o Plano Estratégico, no que diz respeito à estrutura da matriz programática, diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas.

Estrutura

O Plano Plurianual teve como base para a sua definição o Plano Estratégico “Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz”, sendo estruturado em cinco estratégias para o poder Executivo e uma para os poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público.

O valor total do PPA importou em R\$ 26,2 bilhões, sendo R\$ 13,9 bilhões de recursos orçamentários e R\$ 12,3 de recursos extra-orçamentários, distribuídos entre 17 linhas de intervenção e 37 programas.

Regionalização

Foi adotada para o PPA uma nova regionalização, baseada no conceito de Eixos de Desenvolvimento, como estratégia espacial de alocação de investimentos, definida a partir de vias estruturais de circulação. Foram definidos 13 eixos, desenhados a partir de uma projeção de futuro, refletindo os espaços de atividades competitivas e dinâmicas da economia baiana, divididos entre as áreas do litoral e os extremos do território, no Oeste e no Norte da Bahia, além dos espaços caracterizados por atividades de baixa densidade econômica, localizados na área central do Estado. Essa proposta espacial incorpora a necessidade de um crescimento mais harmônico do Estado, especialmente pela dinamização das áreas menos desenvolvidas, a exemplo do semi-árido.

Figura 1
Eixos de Desenvolvimento
Bahia, 2003



Fonte: SEPLAN

Transversalidade

Os problemas sociais e econômicos da Bahia, na sua maioria, complexos e multidimensionais, não serão eliminados apenas com o uso de intervenções setoriais e unidimensionais. Esse entendimento levou o Governo do Estado a adotar o conceito da transversalidade na construção dos programas do PPA 2004-2007, que consiste na capacidade de perpassar diversas realidades, segmentos, dimensões ou setores, de forma a abranger a complexidade desses problemas. Nesse processo, os programas deixaram de pertencer a uma determinada secretaria, sendo realizados através do esforço conjunto, conferindo sinergia à ação governamental, fator determinante para a solução eficaz dos problemas.

Consulta à Sociedade

O PPA 2004-2007 incorporou à sua metodologia a consulta à sociedade, com o objetivo de tornar os programas mais direcionados à solução das questões de interesse comum.

Esta consulta, de caráter propositivo, visou dar maior transparência, participação e legitimidade à ação governamental, bem como contemplar as expectativas da sociedade através do atendimento de suas reivindicações.

Foram realizadas 13 reuniões no âmbito das Secretarias, das quais participaram aproximadamente 500 representantes de conselhos, associações, lideranças empresariais, organizações não-governamentais e sindicatos que, juntos com o secretário da pasta, gestores e técnicos governamentais, debateram as questões de interesse comum e fizeram proposições que refletiram os anseios da sociedade, as quais, na medida do possível, foram incorporadas ao Plurianual.

Proposta Orçamentária

O orçamento 2004 incorporou uma significativa alteração na sua estrutura programática, com a eliminação da ação que foi substituída pela meta. Esta se tornou a unidade operacional básica da elaboração, execução e acompanhamento da programação governamental, incorporando todos os atributos anteriormente pertencentes à ação. Esta medida proporcionou uma maior agilidade na programação, permitindo ainda uma melhor visualização e acompanhamento dos projetos.

A Proposta Orçamentária para o próximo exercício, compreendendo os orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas, totalizou R\$ 14,4 bilhões, representando um incremento de 26,1% em relação ao orçamento do presente exercício.

A receita prevista para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social totalizou R\$ 14 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 28% em relação ao orçamento de 2003. Desse total, as receitas administradas pelo Tesouro e pelas entidades da Administração Indireta somam, respectivamente, R\$ 11,5 bilhões e R\$ 2,5 bilhões. As receitas das empresas totalizaram R\$ 447 milhões.

A despesa dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, apropriada em valor igual à receita, foi da ordem de R\$ 14 bilhões, correspondendo a um crescimento nominal igual ao da receita em relação a 2003. As despesas das empresas totalizaram o mesmo valor da receita prevista.

Implementações no Siplan

O Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan, desenvolvido para atender as atividades de orçamento, programação e acompanhamento das ações de governo, é peça fundamental no processo de planejamento. No Siplan são desenvolvidos o Plano

Plurianual, os orçamentos anuais, as projeções da receita, a execução orçamentária e o acompanhamento das ações governamentais.

Ao longo do ano, foi incorporada ao sistema uma série de novas implementações, desenvolvidas para atender às inovações introduzidas na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 e Orçamento 2004. Com esse objetivo foi criado o novo módulo de Receita e foram realizadas alterações para atender à nova estrutura daqueles documentos.

Avaliação de Políticas Públicas

Com a reforma administrativa, ocorrida no início de 2003, foi criada a Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA, demonstrando a importância que a administração pública estadual confere às atividades de avaliação das políticas e programas governamentais. Assim, foi elaborada a Súmula Executiva e o Relatório Trimestral de Atividades, que apresentam uma síntese do desempenho dos principais programas e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias, permitindo o acompanhamento sistemático das ações de governo,

Ao longo do primeiro semestre, sedimentaram-se as bases do futuro modelo de gestão do Plano Plurianual, capaz, inclusive, de revitalizar as funções do próprio Sistema Estadual de Planejamento neste momento de reformulação do seu papel no âmbito da administração pública estadual.

Entre as inovações do PPA 2004-2007 está a incorporação de indicadores que permitirão verificar e avaliar os resultados obtidos com a implementação dos planos e programas governamentais, possibilitando uma análise mais apurada sobre o seu desempenho. Os indicadores sociais e econômicos selecionados foram relacionados aos programas, estabelecendo-se as metas a serem alcançadas ao fim do PPA.

Estão sendo construídos e aperfeiçoados, ainda, os instrumentos que permitirão o levantamento, tratamento e análise das informações relativas à avaliação das políticas públicas e dos programas que compõem o PPA.

Estudos Técnicos e Formulação de Políticas Públicas

A Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE, centrou suas atividades em duas frentes: a discussão, elaboração e divulgação do Plano Estratégico da Bahia e a continuidade dos estudos estratégicos que subsidiarão a formulação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento social, econômico e à integração espacial do Estado, além da formação de redes de apoio para promoção da inclusão social.

Buscando um crescimento equilibrado, o Governo do Estado continuou, ao longo de 2003, através da SEPLAN/SPE, a estruturar um desenvolvimento espacial integrado com a realização de diversas atividades voltadas para as políticas públicas, conforme se observa nos diversos estudos efetuados, dentre os quais se destaca o “Bahia 2020: O Futuro a Gente Faz – Plano Estratégico da Bahia”, já publicado e divulgado. Construído a partir de compartilhamento com todas as esferas da administração estadual, o plano estabelece as diretrizes estratégicas que nortearão as ações de longo prazo do governo estadual, detalhando, ainda, para o período 2004-2007, prioridades que direcionam os projetos do Plano Plurianual.

Dentre os estudos desenvolvidos na área de Planejamento do Governo, encontram-se o da “Taxa de sobrevivência e geração de emprego das firmas na Bahia”, de “Avaliação das previsões para investimentos industriais na Bahia em 2000-2003” e o de “Núcleos produtivos no semi-árido”.

Por outro lado, a Superintendência de Planejamento Estratégico tem desenvolvido atividades de apoio a outros órgãos, na elaboração de pareceres e projetos em redes institucionais, na área de Planejamento e Desenvolvimento Social.

Sistema de Informações Gerenciais do Estado da Bahia – SIG

Cumprindo seu papel de difusor de informações estratégicas e gerenciais, o SIG-Bahia intensificou o fomento de bases de dados gerenciais nas diversas secretarias e, em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, e a Prodeb, trabalhou para a implantação do modelo de administração de dados do Estado. Além disto, elaborou o projeto do portal dos Conselhos Regionais e lançou a versão informatizada SIG-Bahia 6.0.

Informação e Conhecimento

Estudos, Projetos e Pesquisas Socioeconômicas e Ambientais



Lançada recentemente pelo governo, a revista Bahia Invest visa fortalecer a capacidade de atração de empreendimentos para o Estado

Com a finalidade de subsidiar ações de planejamento, estudos acadêmicos, formação e acompanhamento de políticas públicas, além da orientação para investimentos, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento – SEPLAN, oferece de forma detalhada um panorama da realidade do Estado, através de pesquisas, coletas, críticas, tratamentos e análise de dados.

A SEI desenvolveu, também, importantes projetos, entre eles um para o Fundo das Nações Unidas – FAO, para Agricultura e Alimentação, sobre as Reformas de Descentralização e o Desempenho dos Serviços Públicos Agropecuários na região Nordeste do Brasil. Outro estudo, em parceria com a Secretaria da Educação, dimensionou o abandono escolar em Salvador, com o objetivo de instrumentalizar novas políticas públicas na área.

De uma parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, resultou uma pesquisa inovadora no país, que recomenda um conjunto de ações em prol do desenvolvimento rural do Estado. A fase do diagnóstico identificou 41 projetos territoriais que agregam múltiplos municípios, com pluriatividades em torno de uma atividade/ação guia. A análise dos dados obtidos permitiu a classificação destes projetos, para efeito de apoio direto dos órgãos governamentais, em parceria com atores sociais.

Ampliando a produção e divulgação de indicadores, em convênio com a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, foi iniciado o cálculo da Cesta Básica em Feira de Santana e, em parceria com o IBGE, elaborada a Pesquisa de Orçamento Familiar. As publicações temáticas da SEI abordaram assuntos de grande relevância para o Estado, a exemplo da revista *Bahia: Análise & Dados*, que tratou de Recursos Hídricos, Finanças Públicas, Logística e Relações Internacionais Bahia e Portugal. A revista *Série Estudos e Pesquisas* abordou temas como Rochas Ornamentais, Serviços Estratégicos e Mercado de Trabalho.

Também na área de informação, o Governo do Estado, através da SEPLAN, passou a editar a revista *Bahia Invest*. Concebida para, a partir das sinergias entre o planejamento estadual e as oportunidades de investimentos, criar um veículo de comunicação para os investidores nacionais e internacionais, ampliando e fortalecendo a capacidade de atração de empreendimentos para o Estado, tendo, ao mesmo tempo, a intenção de abordar as questões presentes na agenda de discussão nacional, direta ou indiretamente relacionadas com a atividade de planejamento e com os interesses da Bahia e do Nordeste.

A publicação traz artigos assinados e reportagens sobre investimentos recentes, questões conjunturais estruturantes da realidade nacional e regional, ações do planejamento na Bahia e na Federação, além de um Caderno de Investimentos previstos para o Estado no próximo triênio. Destinada a órgãos de fomento, consulados, grandes empresas, associações profissionais e entidades públicas, entre outros segmentos, a *Bahia Invest* contou, em seu primeiro número, com uma tiragem de 5.000 exemplares.